

LIBRAS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO



NATÁLIA GONÇALVES MENDES

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Metodista de São Paulo (2018); Especialista em Ludopedagogia pela Faculdade Campos Elísios (2020); Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância da língua brasileira de sinais e das adaptações necessárias para a inclusão do surdo no Ensino Regular, sendo esta essencial para o desenvolvimento e aprendizagem dele no contexto educacional. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas qualitativas e estudos de casos, bem como artigos de especialistas dos últimos 10 anos. A língua dá ao homem a possibilidade de se comunicar, sendo assim, muito importante para o desenvolvimento cognitivo e para interações sociais. Assim, a inclusão não pode ser vista como algo imposto, mas sim como uma premissa onde a pessoa com surdez seja parte dos contextos sociais com os quais vivem, ou seja, a oferta do ensino a alunos surdos precisa atender às suas necessidades, onde não haja diferenças no atendimento a um surdo em sala de aula, que seja comum ao ambiente escolar ter surdos e ouvintes no mesmo espaço. Mas para que isso aconteça devemos começar pela formação de professores, fortalecendo a mesma para que tenham acesso a língua de sinais e que a Libras se torne não só parte da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, mas de uso frequente nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Escola; Criança; Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A alfabetização caracteriza-se por uma ser uma fase muito importante no desenvolvimento da criança, sendo a base para muitos conhecimentos futuros. Segundo o dicionário Aurélio “alfabetizar é ensinar a ler e a escrever ou dar instrução primária”, porém, sabemos que alfabetizar vai

muito além de ensinar a ler e a escrever, e não é apenas dever da escola e dos professores realizar essa tarefa, mas sim da sociedade como um todo.

Sabe-se que o papel primordial da escola é inserir o aluno no contexto escolar, assim transmitindo valores étnicos e sociais, dando total conhecimento para um futuro cidadão capaz e formador de senso crítico, no contexto globalizado em que a concorrência se faz de forma esmagadora para se colocar e interagir no mercado de trabalho, sobretudo, dos discentes com deficiência, tanto intelectual quanto motora e no aspecto geral, tanto visual quanto auditivo.

A escolha do tema em questão (LIBRAS e sua importância no processo de inclusão) se veio baseado na estreita relação e os diversos pontos de vistas dentro da sociedade, onde, durante os estudos foi observado a diferença na aprendizagem de alunos com estímulo na aprendizagem de libras e alunos sem nenhum incentivo aparente. Foi colocado como tese que a escola divide a educação com a família, uma vez que todas as experiências e vivências proporcionam aprendizagens que ajudam a construção do saber e principalmente na inclusão como um ser social.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa por meio de livros, artigos e revistas científicas, buscando citações relevantes dentro dos últimos dez anos, objetivando a reunião de informações e dados que serviram de base para a elaboração da investigação proposta a partir do tema escolhido.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa que, conforme Rodrigues (2007), é aquela em que não há preocupação com dados numéricos, mas com o aprofundamento e compreensão de um fenômeno, buscando explicar o porquê das coisas a partir de dados não-numéricos, suscitados e de interação, e se valem de vários tipos de abordagens.

O trabalho é, ainda, de cunho descritivo, pois objetiva descrever características de um fenômeno e estabelecer relações entre conceitos e teorias a partir da coleta diversificada de dados. Ademais, no estudo descritivo, os fatos são observados, registrados, analisados e interpretados a fim de descrever o fato ou fenômeno. A pesquisa, portanto, se deu de forma não experimental, já que não houve busca de dados empíricos ou estudos práticos, mas sim uma revisão (GIL, 2002).

Em relação à análise de dados, a pesquisa foi considerada bibliográfica, sendo suas principais fontes livros e artigos científicos de autores que se debruçaram sobre o tema. Os dados foram apresentados de forma a destacar os principais termos e abordagens que contribuíram para um diálogo entre as fontes pesquisadas e para responder à indagação proposta, contribuindo para a pesquisa científica. Assim, a análise dos dados compreendeu uma análise de conteúdo de forma crítica sobre os sentidos propostos, bem como de suas significações para se chegar a uma síntese do levantamento bibliográfico na qual foi baseada a pesquisa e serem feitas algumas conclusões, que segue.

A linguagem é um meio usado pelos humanos para se comunicar na sociedade, expressar-se e associar-se a outras pessoas, claramente é um recurso utilizado por intermédio de indivíduos, seja verbalmente ou manualmente, onde se expande diferentes propósitos e dispositivos na troca de informação e do conhecimento.

A LIBRAS é língua brasileira de sinais utilizada para comunicação com o surdo, sendo esta vista como língua materna dele. De acordo com o estudioso Fernandes,

“A Libras é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhecê-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito as situações e as vivências cotidianas. Há, também, alguns surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros surdos que utilizam a opção tecnológica da escola em que foi educado entre outros aspectos”(FERNANDES, 2011,p.82)

Uns dos maiores desafios para uma educação inclusiva é a dificuldade das escolas em se adaptarem ao ensino das duas línguas a língua portuguesa de forma oral e a língua brasileira de sinais para os surdos. Pelo fato da aprendizagem se dá por comunicação oral e audição, crianças com surdez não conseguem seguir este caminho, devido apresentarem déficits parciais ou totais o que quase sempre impede a inclusão da criança naquele espaço.

Assim, no que refere ao processo educacional de crianças um dos desafios destacados vem sendo o enfrentamento dos efeitos das transformações com reflexos em todas as instituições sociais (OLIVEIRA, 2011). No âmbito geral, a proposta da educação inclusiva elegeu a diversidade como um dos temas de grande relevância no período em que vivemos, onde o respeito e a valorização das diferenças estão entre os principais objetivos da educação na infância, colocando como necessária a inclusão da linguagem de sinais como obrigatória em todas as escolas existentes.

Legalmente, diversas leis já foram criadas, porém o que falta é realmente acontecer aquilo que se pede. Muito já foi feito, mas ainda tem-se muito o que batalhar.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (ONU,1994, p.1)

Mundialmente, crianças com surdez não conseguem desenvolver a língua oral e auditiva e por isso, se encontram grande dificuldade para criar sua própria forma de interação. Dessa forma, é através de gestos manuais (LIBRAS) que conseguem uma maneira de demonstrar a comunicação e interação deles.

Assim, o ideal é que todas as crianças surdas estejam inseridas em uma escola de qualidade, com professores qualificados e treinados, prontos para acolher este público-alvo, visto que não temos muitas escolas com estas qualificações, todavia, é um martírio para pais a inclusão de seus filhos possuintes desta deficiência no ensino de qualidade e que por fim falta engajamento da parte dos poderes públicos, porém tudo pode ser diferente, com leis, projetos e assistência social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A INCLUSÃO DE LIBRAS NAS ESCOLAS

Pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou necessidades especiais, precisam exercer a socialização com outros diversos indivíduos e, estes têm isso como um direito garantido aos mesmos por meio de políticas públicas, dentro do art 5º e 205 da Constituição Federal de (1998), o qual descreve que todos tem direito a igualdade e a educação de modo que sejam preparadas, obtenham acessibilidade ao desenvolvimento como pessoa, possuam o exercício da cidadania e da qualificação para o mercado de trabalho.

O art. 208, III da Constituição Federal (1998) discorre que é dever do estado dá a garantia do atendimento de ensino especializado destinado às pessoas com deficiência, principalmente nas escolas regulares, sejam públicas ou privadas.

Segundo grandes estudiosos como Mantoan, 2001, p.24, Penha, Silva e Carvalho (2014, p.735) a inclusão destas crianças especiais no âmbito escolar requer muitas atitudes e posturas diferentes, porém possível.

[...] Requer mais do que mera tolerância, implica tomar uma nova postura, requer uma nova proposta pedagógica que reestruture o currículo, a metodologia de ensino, as avaliações e as atitudes dos educadores. Incluir, portanto, não significa somente matricular os alunos com necessidades educacionais especiais, mas significa oferecer ao professor e à escola o suporte necessário para sua ação pedagógica (PENHA; SILVA; CARVALHO,2014, p.735).

De modo amplo e direto, durante toda a trajetória da educação especial pode-se dizer que o espaço conquistado, foi através de muito sofrimento, pois o deficiente era visto como incapaz por toda sociedade, escondidos e isolados do convívio social pelo preconceito e discriminação. Devido a isto, houve a preocupação com a dignidade humana através de mobilizações para que o deficiente fosse visto como cidadão capaz de exercer sua cidadania, criando assim, leis, projetos e decretos oficiais. Dentre muitos estudiosos, (MONTOAN) também contribui dizendo que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais. (MONTOAN,2006,p.16).

Ainda, segundo a autora:

A meta da inclusão é desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverão adaptar-se as particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidades a unificação das modalidades de educação regular e especialmente em um sistema único de ensino caminha – se em direção a uma reforma educacional mais ampla em que todos os aluno começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitos dentro da educação regular.(MONTOAN,1997,p.16).

Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa. Visto que o verdadeiro interesse é atender as necessidades de todos os alunos.

Neste ponto, é importante citar que todo o trabalho foi desenvolvido mediante referencial teórico metodológico a pesquisa bibliográfica sobre a importância da LIBRAS e a sua inclusão nas escolas, incluindo artigos científicos e estudos de casos aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado por meio de pesquisas bibliográficas, de modo qualitativo abordou a importância da inclusão dos surdos no contexto escolar por meio da implantação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), idioma este, essencial para a incluir a classe surda na educação básica. Desse modo, ressaltamos que com as novas exigências sociais, políticas e legislativas é de suma importância inserir esses indivíduos na sociedade e não há base melhor que no ensino fundamental para a inserção das pessoas com surdez no seio da sociedade.

Para que o processo de inclusão seja implantado, deve-se respeitar a subjetividade de cada um, com o objetivo de fazer os alunos em sua totalidade alcançarem o sucesso. A escola precisa disponibilizar de profissionais especializados a fim de dar o devido suporte aos alunos que precisam de atenção especializada e aos outros funcionários do ambiente, assim como também professores que estejam empenhados em capacitar-se no objetivo de amparar os discentes possuíntes de deficiências e estarem lutando por políticas públicas educacionais direcionadas a estas questões.

Por fim, conclui-se que o ensino inclusivo requer mudanças significativas no ambiente escolar, não tratando o aluno diferente como um problema para a escola e exigir deste que se adapte aos outros, seguindo um padrão estabelecido de normalidade, mas sim, deve-se enfrentar os desafios de adaptar o ambiente e o modo de ensinar aos diversos tipos de estudantes, dando a estes alunos a inclusão de estarem em um ambiente que se sintam confortáveis e possam interagir socialmente, preparando todos para a sociedade.

Ainda, é importante destacar que a parceria entre a família e a escola deve ser sempre baseada no respeito mútuo, buscando sempre caminhar no mesmo sentido, ou seja, oferecer segurança, estímulo e a atenção necessária para uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento do indivíduo, capacitando-o para a vida em sociedade, fazendo o conhecer o certo e o errado e as grades adversidades da vida.

Assim, conclui-se que a escola e a família possuem linhas distintas, porém uma complementa a outra, tanto na formação cognitiva, afetiva, social quanto da personalidade do ser, reafirmando a evidência do quão é importante a escola e a família andarem na mesma linha, com o mesmo objetivo, formar um cidadão e fazendo jus ao processo de inclusão.

Reforça-se ainda, que a conscientização da família sobre o seu papel no processo de alfabetização da criança especial e a parceria da escola é de suma importância para que o ensino-aprendizagem seja realizado de forma significativa, visando o desenvolvimento da criança. A família e a escola trabalhando juntas em prol ao incentivo e estímulo necessário para a autoestima da criança resulta em um bom desenvolvimento, desempenho e crescimento na aprendizagem.

De um modo significativo, transformar a alfabetização em um conhecimento significativo é papel da escola e da família, sendo assim possível através de uma relação de cooperação e respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Venâncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Presidência da República, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso 20 de abr. 2023.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos/Sueli Fernandes** – 2 ed. Atual.- Curitiba i.b pex, 2011.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado, TERÁN, Nora Espinosa. **Dificuldades de Aprendizagem: Detecção e Estratégias de Ajuda**. São Paulo: Grupo Cultural, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosângela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo : Summus, 2006. – p.103.

OLIVEIRA, Mara ; AUGUSTIN, Sérgio (org). **Direitos Humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul, RS: Educus,2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: . Acesso 10 abr. 2023.

PENHA, L. D. S.; SILVA, L. D. S.; CARVALHO, C. M. N. **A inclusão do aluno com surdez na instituição escolar**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 5, p. 36, 2014.